



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

**ENG – Escola de Negócios e
Governança**

Sistema de Cobrança - Caso Câmara Municipal de Santa Catarina.

Licenciatura em Ciências Empresariais e Organizacionais

Variante Administração Pública

Aluna: Elisângela Neusa Cabral Borges

Orientadora: Mestre Filomena Gonçalves

Praia – Cabo Verde

Julho / 2012

ENG – Escola de Negócios e Governação

Sistema de Cobrança - Caso Câmara Municipal Santa Catarina

*Memória Monográfica apresentada à
Escola de Negócios e Governação para
cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Licenciatura em
Ciências Empresariais e organizacionais.*

Aluna: Elisângela Neusa Cabral Borges

Orientadora: Mestre Filomena Gonçalves

Epígrafe

O homem, para conhecer as coisas de si, deve primeiro

Transforma-las em coisas para si.

(filosofia vulcana)

Dedicatória

Dedico esta monografia aos meus familiares em especial a minha mãe, esposo e filha pela coragem paciência e fé que depositaram em mim durante os meus estudos, aos meus colegas e professores pelas palavras amigas. E todos aqueles que me ajudaram de forma directa ou indirectamente.

Agradecimentos

Desejo manifestar minha gratidão às pessoas que contribuíram directa e indirectamente para a realização deste trabalho.

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado a vida, saúde, Fé.

Também agradeço aos meus familiares em especial ao meu Marido Carlos Miranda e a minha Mãe Maria Rosa Cabral pelo apoio e compreensão e palavras amigas.

De uma forma em geral agradeço á Câmara Municipal de Santa Catarina, em especial ao Presidente Francisco Tavares e o Secretário Municipal Manuel da Lomba pelo apoio que concedeu durante aos meus estudos

Aos meus professores e minha orientadora Filomena Gonçalves que com muita dedicação, sabedoria e simpatia souberam transmitir-me os seus conhecimentos que com toda a certeza irão servir-me para resto da minha vida.

Sumário

Este trabalho corresponde o desenvolvimento de uma pesquisa que investiga a cobrança das receitas municipais na Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago. Com a abordagem deste tema ambiciona -se reflectir sobre a importância das receitas arrecadadas para o referido município.

Pretende-se ainda, identificar os constrangimentos que se vêm registando na cobrança dessas receitas, o seu peso no Orçamento e a apresentação de algumas propostas alternativas para a sua melhoria.

Neste trabalho fez-se uma criteriosa pesquisa bibliográfica e documental, nomeadamente nos livros, revistas, artigos, legislação vigente, regulamentos e, entre outros documentos publicados na Internet.

Palavras-Chave: Receitas, Arrecadas Municipais

Índice

Capítulo -1: Introdução.....	14
1. Justificativa do tema.....	16
2- A Problemática do trabalho	16
3- Pergunta de Partida.....	17
4- Hipotese	17
Objectivos.....	17
5.1-Objectivo Geral	17
5.2-Objectivos Específicos.....	17
6-Metodologia do trabalho.....	18
7- Estrutura do trabalho	18
8-Limitações do trabalho	19
Capítulo -2:Enquadramento Teórico.....	20
Actividade Financeira Local.....	20
2.2-Princípio da autonomia	21
2.2.1Autonomia autárquica	21
2.2.1.1-A autonomia Financeira	22
2.3-Limites à autonomia Financeira	23
2.3.1-Limites económicos: a dependência em relação às transferências do Estado.	23
2.3.2-Limites jurídicos: a reserva de lei, a tutela, o controlo financeiro e a proibição de défices excessivos.	23
2.4- Receita Pública.....	24
2.4.1- Conceito.....	24
2.4.2 Classificação de Receitas.....	24
2.4.3-As Receitas das Autarquias Locais	26
2.5- Financeiramente as Receitas das Autarquias.....	27
2.5.1-Receitas patrimoniais	27
2.5.2- Receitas Tributarias	28
2.5.3 Recurso ao crédito	28
2.5.4-Aos Empréstimos.....	28

2.5.5. Limites do recurso aos empréstimos	29
2.6-Limites específicos a cada empréstimo	30
2.7- Fases das Receitas	31
<i>Capítulo - 3: Caracterização do Concelho de Santa Catarina</i>	<i>34</i>
3-Historial do Concelho de Santa Catarina	34
1.2-Enquadramento Geográfico	35
<i>Capítulo -4: Estudo de Caso</i>	<i>37</i>
4.Caracterização da Situação Económica – Financeira da Câmara Municipal de Santa Catarina.....	37
4.1- Caracterização da Câmara Municipal de Santa Catarina	37
4.2- Organização e Estrutura de Funcionamento da Câmara Municipal de Santa Catarina .	39
4.3- Contribuição do Sistema de Informação Municipal (SIM) na arrecadação das Receitas	40
4.3.1-Vantagens:.....	41
4.3.2-Desvantagem	41
4.4-Análise dos Resultados	42
4.4.1- Análise da Evolução das Receitas da Câmara Municipal de Santa Catarina no período 2006 a 2010.....	42
4.5-Análise da Situação Orçamental, Económica e Financeira	46
4.5.1- Execução da Receita	46
4.5.2-Mapa Resume de Receitas Previstas e Arrecadas em 2006 a 2010	46
4.6- Comparação dos Desvios entre a Execução e a Previsão das Receitas de Capital e Receita Correntes no período 2006 a 2010.	48
4.8- O Peso do FFM nas Receitas Cobradas durante o período 2006 a 2010.....	52
4.9- O Peso das Receitas Efectuadas sobre o orçamento da CMSC no período 2006 a 2010...	53
<i>Capítulo -4: Conclusão.....</i>	<i>57</i>
Recomendações e Sugestão.....	58
Bibliografia	61
Guia de Entrevista	63

Tabelas

Quadro 1- Evolução das Receitas CMSC no período de 2006 a 2010	43
Quadro 2- quadro comparativo da execução e previsão das Receitas Totais da CMSC no Período 2006 a 2010	46
Quadro 3- Quadro comparativo da previsão e execução das receitas Correntes da CMSC no período 2006 a 2010.....	49
Quadro 4- quadro comparativo da execução e previsão da receita de capital na CMSC no período 2006 a 2010.....	50
Quadro 5 – Previsão Orçamental das principais receitas do Município	51
Quadro 6 – As Principais Receitas Arrecadadas e cobradas no Município.....	51
Quadro 7- Quadro comparativo das Receitas correntes e de Capitais (não incluído o FFM) no período 2006 a 2010.....	53
Quadro 8- O Peso das Receitas Efectuada sobre o orçamento	54

Gráficos

Gráfico 1 – Evolução das Receitas Correntes na CMSC no período 2006 a 2010.....45

Gráfico 2- Evolução das Receitas de Capital no Período 2006 a 201045

Abreviaturas e siglas

CEO – Ciências Empresariais e Organizacionais

CMSC – Câmara Municipal de Santa Catarina

CRCV- Constituição da República de Cabo Verde

ENG – Escola de Negócio e Governação

IUP – Imposto único sobre património

MA- Margem de Acerto

PCA – Presidente do Conselho de Administração

SIGOF- Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira

SIM- Sistema de Informação Municipal

Capítulo -1: Introdução

O presente trabalho enquadra-se no projecto para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Empresariais e Organizacionais como requisito exigido pela Universidade de Cabo Verde (UNICV), ministrado pela Escola de Negócio e Governação (ENG).

A teoria do ciclo económico determina que, quanto mais sólida for a situação financeira do município, maior será o seu poder negocial alcançando-se com isso, uma maior eficiência económica, na satisfação das necessidades dos cidadãos. A importância das receitas para os Municípios é de extrema relevância para o desenvolvimento do país e do Sistema Fiscal no geral. Actualmente falar delas não é só referir-se a sua importância, mas sim, entender as suas diversas facetas e a sua contribuição nas do Estado e particularmente na Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago.

Segundo a Constituição da República de Cabo Verde, nos art.234º e art.230º explica que a organização do Estado de Cabo-Verde compreende a existência dos municípios ou seja as autarquias locais, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, e normativa, cuja gestão compete aos órgãos autárquicos, sendo o município responsável pela arrecadação das receitas próprias (impostos, taxas e licenças e outras prestações de serviços). Os Municípios resultam de uma certa dependência a nível das transfêrencias feitas pela administração Central o Fundo de Financiamento Municipal (FFM).

Santa Catarina é um dos municípios que poderá reduzir de forma considerável a sua dependência em relação ao Fundo de Financiamento Municipal, com efeito a nível das receitas dos Impostos, Taxas e Emolumentos, poderá crescer consideravelmente com a revisão do cadastro predial e comercial, a reavaliação das matrizes e a modernização da administração fiscal. Acontece que os municípios têm uma certa dificuldades em arrecadar

os recursos próprios, ou seja cobrando localmente os recursos de que necessitam. No entanto as receitas próprias têm sido fontes de recursos que a Administração Municipal tem dificuldade de explorar , muitas vezes essas dificuldades resultaram da fragilidade institucional da tributação e fiscalização e também relacionado aos aspectos políticos, legislativos, e jurídicos que normalmente influenciam na sua arrecadação, dificultando melhor eficiência na arrecadação de receitas visto que uma cobrança de receita eficiente dita a sustentabilidade do sistema.

É com esse propósito que a lei nº 37/IV/92, de 28 de Janeiro, que aprovou o código geral tributário, previu a transferência gradual da liquidação e cobrança dos impostos locais para os municípios

É uma realidade que o imposto, atendendo às suas próprias características e ao seu meio envolvente, é uma prestação difícil de ser aceite pelos cidadãos, embora o nível de aceitação esteja muito dependente do desenvolvimento económico e social das comunidades e da própria organização e moralização do sistema fiscal. Apesar disso, vai-se progressivamente generalizando o entendimento de que o pagamento dos impostos é cada vez mais um dever social que deve ser repartido por todos os cidadãos e abranger equitativamente todas as formas de riqueza, de modo a evitar as distorções conhecidas na nossa sociedade,

É necessário que a Câmara Municipal de Santa Catarina aposte mais na qualidade de implementação, de um sistema de cobrança mais eficiente e eficaz para o seu município, definir melhor as estratégias e planos de arrecadação de receitas próprio previsto no regulamento municipal e legislação em vigor. Para isso, é preciso promover a necessária racionalização e eficiência do procedimento administrativo tendente a liquidação, cobrança e pagamento de imposto, e taxas e outros receitas municipais conciliando sistematicamente com vários regulamentos, aprovados pela Assembleia Municipal.

A Câmara Municipal de Santa Catarina é uma instituição de cariz pública que tem como objectivos satisfazer as necessidades colectivas e o bem-estar social da população do Concelho e não só, como o desenvolvimento do município.

1. Justificativa do tema

As receitas municipais representam uma das principais fontes de recursos próprios dos municípios, assim sendo, cabe à administração municipal fazer tudo no sentido de melhorar a cobrança de receita.

Ciente da sua importância para o Município, tais receitas pode contribuir para a produção de bens e serviços, que satisfaçam as necessidades colectivas da população. A produção de bens e serviços implicam despesas, e a Câmara necessita de receitas para cobrir estas despesas.

Santa Catarina é um concelho com grandes potencialidades sócias económicas, naturais e várias oportunidades, pelo que a receita poderia ser, caso houvesse uma boa cobrança, uma das principais fontes de receitas municipais e consequentemente uma das fontes de financiamento das actividades sociais, económicas e entre outras ,da Câmara Municipal

A administração municipal deve instituir instrumentos para aprimorar a arrecadação tributária própria. Estes instrumentos estão inseridos num contexto mais amplo de modernização administrativa e condicionados por dois eixos de acção principal: capacitação de recursos humanos e informatização do departamento tributário.

2- A Problemática do trabalho

De acordo com o tema em estudo, formulou-se a seguinte questão:

«Como melhorar o sistema de cobrança na Câmara Municipal de Santa Catarina»

A cobrança de receita municipal tem sido um dos problemas, com que a Câmara Municipal de Santa Catarina tem-se deparado. A situação financeira e operacional dos municípios em geral são precárias. Existe um alto grau de endividamento, especialmente a curto prazo, e a escassez de recursos para pagamentos das dívidas, para manter o funcionamento dos serviços públicos e a máquina administrativa, bem , como implementar os seus programas ou planos de actividade.

A falta de recursos financeiros tem provocado déficite na gestão da tesouraria dificultando o funcionamento do sistema. Podem evitar que essas deficiências influenciem negativamente na gestão do município, devendo criar mecanismos que inviabilizem a eficiência da arrecadação de receitas.

A falta de colaboração dos munícipes, em liquidar as suas dívidas com a entidade municipal, tem sido um dos principais constrangimentos, e não só por falta de incentivos, ou políticas de mobilização e fiscalização adequada, por parte da Câmara Municipal, que faça com que os utentes se sintam sensibilizados, e conjuntamente com a entidade municipal, tentar solucionar este problema, em suma procurar a melhor via, para resolver tais constrangimentos.

A ineficácia na cobrança de receitas, poderá dificultar a autarquia local em cumprir os seus objectivos traçados .

3- Pergunta de Partida

Qual e evolução das receitas arrecadas nos ultimos cinco anos na Câmara Municipal de Santa Catarina.

4- Hipótese

- A evolução de receitas arrecadas pela Câmara Municipal de Santa Catarina nos últimos cinco anos é instável?

- Existe um forte desvio entre as receitas cobradas e as receitas previstas no período de 2006 a 2010?

-O Fundo de Financiamento Municipal tem maior peso nas receitas municipais de Santa Catarina no período de 2006 a 2010?

Objectivos

5.1-Objectivo Geral

Analisar as receitas cobradas nos últimos cinco anos na Câmara Municipal de Santa Catarina, e o seu Impacto no Orçamento.

5.2-Objectivos Específicos

- Analisar as diferenças entre as receitas previstas e as receitas cobradas.

- Identificar a importância das receitas próprias do Município;
- Conhecer o Peso do Fundo de Financiamento do Município no orçamento;
- Verificar o Peso das Receitas Efectuadas sobre o Orçamento;

6-Metodologia do trabalho

O trabalho é suportado por uma criteriosa pesquisa bibliográfica e documental, nomeadamente livros, revistas, legislação vigente, conta de gerências, orçamento, entre outros documentos publicados na Internet.

Fez-se também uma recolha de dados, na qual aplicou-se o método qualitativo para tratamento dos mesmos.

Ainda fez-se uma entrevista (informal) com os responsáveis dos diversos departamentos da Câmara Municipal, nomeadamente o Secretário Municipal, Directora da administração Financeira, Técnico Administrativo de Contabilidade, Técnico-adjunto do sector do comércio, técnico de contribuição e Imposto e a observação directa nos procedimentos dos respectivos serviços camarário.

7- Estrutura do trabalho

O trabalho está estruturado em quatro capítulos:

No primeiro capítulo encontra-se a introdução do trabalho, a Justificativa, o problemático, objectivo geral e específico, e a metodologia.

No segundo capítulo o enquadramento teórico do trabalho onde serão apresentadas a actividades financeira local, autonomia das autarquias locais, conceitos, classificação processamento, previsão de receitas publicas, receitas municipais, e recurso ao crédito.

No terceiro capítulo será abordada uma pequena caracterização do município de Santa Catarina, onde debruçara da situação geográfica.

No quarto capítulo será o Estudo de caso sobre o sistema de cobrança realizado na Câmara Municipal de Santa Catarina no período 2006 a 2010. O estudo serão de cinco anos, a data mais recentes, como a conta da gerência de 2011 ainda não foram aprovadas e o estudo de cinco (5) anos, por isso foi tomada o período 2006 a 2010.

Finalizando o trabalho, no quinto capítulo serão apresentadas as conclusões do estudo.

8-Limitações do trabalho

A primeira delimitação registada do estudo ocorre no campo teórico empírico a pesquisa é aplicada apenas no sistema de cobranças, entendido como recurso de financiamento municipal.

Devido às restrições temporárias e às características geográficas de Cabo Verde (País insular e arquipelágico), o estudo restringe-se à Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago. Deste modo, as outras vinte e uma(21) Câmaras não foram incluídas nesse estudo. a ideia está certa, porém a frase mal estruturada

O presente trabalho incidir-se-á apenas sobre a Câmara Municipal da Santa Catarina, pretendendo analisar somente as receitas municipais, centralizando nos constrangimentos, arrecadação de receitas e o seu peso no orçamento.

Capítulo -2:Enquadramento Teórico

Actividade Financeira Local

Segundo Joaquim Rocha, (2009,p18) no contexto da vasta actividade desempenhada pelas autarquias locais, recorda-se, com particular interesse para a presente análise.

A sua actividade financeira, quando é feita referência a uma “actividade financeira”, pretende-se significar o conjunto de actos que são levados á prática por Entes públicos, destinados a produzir bens com objectivo de satisfação de necessidades colectivas. Trata-se, por conseguinte, de uma actividade de inegável natureza económica, na medida que tem por referente a produção de um especial tipo de bens – bens público e semipúblicos como escolas, hospitais, polícias, bibliotecas, museus ou estradas – destinados á satisfação de um particular tipo de necessidades (ensino, saúde, segurança, cultura.)

Para o mesmo autor, se a maior parte das vezes pensamos no Estado como expoente desses Entes públicos, o que é certo é que outros existem que neste contexto desempenham um papel fundamental, como é o caso da Autarquias locais. Na verdade, também estas, no quadro das atribuições que lhe estão constitucionais e legalmente consignada, podem e devem prover á satisfação daquele tipo de necessidade, embora num âmbito geográfico e material mais restrito – o respeitante aos interesses específicos das respectivas populações. Pense – se, por exemplo, na pavimentação de uma estrada regional, atribuição de habitações económicas a famílias carenciadas, na realização de uma feira de divulgação de produtos locais ou na construção de um pavilhão gimnodesportivo.

Ainda para Joaquim Rocha (2009,p19), Numa perspectiva jurídico – financeira, as Autarquias, para desenvolverem esse tipo de actuações, realizam actos de despesas públicas para os quais se torna necessária a percepção e arrecadação das receitas públicas, como impostos, taxas ou empréstimos. Neste sentido, e aproveitando o que acima dissemos, pode identificar – se a actividade financeira autárquica como o conjunto de actos praticados pelas Autarquias locais com objectivo de produzir bens tendentes á satisfação das necessidades colectivas das populações do seu âmbito territorial de actuação.

Também destaca que a actividade financeira autárquica ou municipal é uma actividade grandemente juridificada, porque enformada por um alargado conjunto de normas jurídicas, as quais possuem natureza e valor normativo diferenciados: normas constitucionais, normas legais com valor reforçado (por exemplo, a lei das finanças locais ou a própria lei do orçamento do Estado).

2.2-Princípio da autonomia

“O princípio em epígrafe deve aqui ser encarado numa dupla vertente: enquanto manifestação geral do estatuto de uma Autarquia (autonomia autárquica) e enquanto manifestação específica da sua actuação financeira (autonomia financeira) ” Joaquim Rocha (2009,p21).

2.2.1Autonomia autárquica

Segundo Joaquim Rocha (2009,p21), as Autarquias locais são uma das manifestações porventura a mais visível, da denominada “Administração autónoma”.

A este propósito, pode ser feita menção a um princípio da autonomia das autarquias locais, de acordo com o qual a estas é reconhecido constitucional e legalmente um conjunto de atribuições e competências estaduais, bem assim como os meios normativos, organizativos e funcionais que permitam a sua exequibilidade.

A autonomia das autarquias é um verdadeiro princípio constitucional e, na medida em que se localiza num reduto da organização estadual onde se reconhece a existência de um conjunto de interesses públicos próprios e específicos de populações locais, é encarada como o “direito e a capacidade efectiva” de regulamentar e gerir, sob sua responsabilidade e no interesse dessas populações, uma parte importante dos assuntos públicos.

Ainda o mesmo autor refere que a prossecução das tarefas que lhe são imputadas seja convenientemente levada a efeito, as autarquias devem dispor de um aparato organizatório – administrativo próprio, onde se incluem órgão do tipo deliberativo e executivo stricto sensu – com os respectivos membros eleitos democraticamente ao nível local e, não nomeados pelo Estado/Governo central (autonomia organizatórias) - além de um conjunto de poderes sem os quais a sua existência seria dificilmente pensável.

Ainda afirma que neste contexto, cumpre destacar, desde logo a autonomia normadora de que são titulares, materializada na possibilidade, já por nós referida, de emanação de normas jurídicas próprias de natureza regulamentar (gerais e abstractas, embora se trate de uma

possibilidade necessariamente enquadrada e balizada do ponto de vista constitucional e legal, por via dos princípios da reserva, precedência e prevalência de lei). Pense - se, a este propósito, num regulamento autárquico destinado a disciplinar o acesso aos jardins municipais, ou ainda a estabelecer os horários de funcionamento dos serviços de cobrança de dívidas.

Além disso, gozam ainda da prerrogativa de praticar actos administrativos próprios e produtores de efeito jurídico autónomos e imediato (de incidência individual e concreta), em regra sem dependência de qualquer espécie de autorização ou ratificação (autónomo administrativa). Será o caso de liquidação em concreto da taxa de saneamento e esgoto a determinada contribuinte, aplicação de uma coima por conspurcar as ruas com o gado, ou ainda de licenciamento de uma obra particular.

2.2.1.1-A autonomia Financeira

a) Enunciação do princípio

A autonomia autárquica, não obstante o indiscutível papel que a sua formulação positiva pode desempenhar, não se basta com uma mera fórmula proclamatória ou vaga constante da constituição e das leis. Muito mais do que isso, torna-se imprescindível que as Autarquias sejam dotadas de reais instrumentos operativos e de concreto meios de actuação que lhes permitam, com eficiência e com ajustamento à realidade, desempenhar as funções para que foram constitucionalmente desenhadas. Com efeito, de nada significaria afirmar um princípio de autonomia local se, depois e na prática, os Entes locais não pudessem, por exemplo, oferecer aos municípios uma adequada rede de transporte escolares (completa, pontual e segura) porque lhes faltavam os autocarros necessários para o efeito: ou não tivessem capacidade de proceder à captura, alojamento e abate de animais abandonados porque não dispunham de instalações, ou ainda não lhes fosse possível ordenar a demolição ou a beneficiação de construção que ameaçassem ruína ou constituíssem perigo para a saúde ou segurança das pessoas porque não podiam pagar a técnicos competentes para tal. O mesmo se dirá se apenas podem conseguir estes intentos mediante meios financeiros atribuídos pelo poder central, como participações, subsídios, etc.

Para o mesmo Autor, na verdade, o princípio da autonomia e a garantia institucional da Autarquia local, além das prerrogativas que já foram referidas (autonomias organizatória, norma - dora e administrativa), têm subentendida a existência de dinheiro próprio que realmente confirmem operacionalidade e que tornem praticável a prossecução do interesse

público (recorde – se: interesse específicos e próprios das respectivas populações). É neste sentido que se pode afirmar que um dos pressupostos essenciais da Autarquia local é a autonomia financeira.

2.3-Limites à autonomia Financeira

Segundo Joaquim Rocha (2009,p27), «Contudo, apesar de constituir um pressuposto essencial da actuação autárquica, a autonomia financeira não é sinónimo de independência financeira, uma vez que existem limites e constrangimentos económicos e jurídico a ser obrigatoriamente tidos em consideração».

2.3.1-Limites económicos: a dependência em relação às transferências do Estado.

Do ponto de vista económico, autonomia não significa independência financeira na medida em que, além das receitas ditas “originária” – como por exemplo as que advêm da gestão ou alienação do seu próprio património ou dos serviços por si prestados existem receitas “derivadas” (transferências) das quais, em larga medida, as Autarquias dependem para sobreviver. O peso e a importância destas transferências são na realidade bastante significativos, uma vez que, como compreende, os Municípios não podem dispor das receitas que querem, seja em face das restrições do seu património, seja das limitações e insuficiências da tributação local.

2.3.2-Limites jurídicos: a reserva de lei, a tutela, o controlo financeiro e a proibição de défices excessivos.

Não apenas as limitações económicas condicionam autonomia financeira local. Também do ponto de vista jurídico, autonomia não significa - não pode significar, nos quadros de um Estado de Direito - independência absoluta, que se poderia confundir com arbítrio ou inexistência de regras.

Alguns condicionalismos da actuação Financeira autárquica que cumpre aqui destacarem:

Á partida, releva logo a circunstância de que determinadas matérias financeiras (impostos) são indisponíveis para os poderes administrativos, e particularmente autárquicos, apenas podendo ser disciplinadas pelo órgão legiferante primário (Assembleia da República) seja directamente, seja por via de autorização legislativas ao Governo.

Aqui, as exigências do princípio da reserva da lei são particularmente acrescidas, abrangendo não apenas a criação dos impostos, como também o regime da sua incidência (pessoal real),

taxas e desagravamentos, o que limita sobremaneira a margem decisória autárquica, manietada dentro da moldura que o legislador nacional previamente traçou. E nem as possibilidades de, por vezes, poder modelar em concreto a taxa de certos impostos ou de poder conceder alguns benefícios fiscais – o que acontece particularmente na fiscalidade do património – atenua esse facto.

aa)Em segundo lugar, existem também no domínio das finanças locais formas de controlo das actuações que passam, nomeadamente pelas figuras jurídica da tutela e de controlo financeiro.

2.4- Receita Pública

2.4.1- Conceito

“O Estado para fazer face ás suas obrigações, necessita de recursos que podem ser obtidos junto a colectividade, ou através de endividamento público. O conjunto destes recursos denominam de **receita pública**, é através dela que o Estado poderá atender as demandas diversas da sociedade, como saúde, educação, segurança, entre outros”. De acordo com RibeiroTeixeira (1989)

“Entende-se por **receita pública** a entrada que integrando-se o patrimonio público, sem quaisquer reservas ou condições ou correspondencia no passivo, vem acrescer o seu vulto como elemento novo e positivo”. Segundo Aliomar Baleeiro,(1996,p20)

Importa ainda realçar, trata-se por **receita pública** todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos através de numerário ou outros bens representativos de valores e decorrentes de força de lei ou de contrato, quer seja oriundo de alguma finalidade específica e pertença ou possam, no futuro, pertencer ao poder público. Conforme Angélico João, (1995)

2.4.2 Classificação de Receitas

De acordo com o Decreto-lei nº 29/2001 de 19 de Novembro, art. 15,as receitas classificam-se por categorias económicas em receitas correntes e receitas de capital.

As receitas correntes compreendem:

- **As receitas fiscais**, constituídas pelas receitas coactivas, sem contrapartida nem reembolso, arrecadadas e geridas pela administração financeira;

- **As receitas não fiscais**, constituídas pelas receitas que têm como contrapartida uma prestação de serviço bem assim as transferências obtidas e que resultem de uma prestação unilateral para a administração financeira.
- As receitas de capital compreendem:
 - a) As resultantes da alienação de bens de investimento;
 - b) As transferências de capital recebida;
 - c) As provenientes da constituição da dívida fundada;
 - d) Os reembolsos relativos aos activos financeiros;
 - e) Outras previstas por lei.

Segundo a categoria económica

De acordo com o classificador das receitas e despesas do Decreto – Lei nº 37/2011 de 30 de Dezembro, art.3 as receitas agrupam – se em impostos, segurança social ,transferências e outras receitas.

Receitas correntes – englobam o valor de todas as receitas fiscais e não fiscais arrecadadas pela Administração Financeira do Estado.

Receitas Correntes Fiscais – são constituídas pelas receitas coactivas, sem contrapartida nem reembolso, nomeadamente Impostos, Multas e Outras Penalidades, arrecadados e geridas pela administração financeira.

Receitas Correntes – Não Fiscais -são constituídas pelas receitas que têm como contrapartida uma prestação de serviço bem, assim as transferências obtidas e que resultem de uma prestação unilateral para a administração financeira

Receitas Correntes:

- **Receita Fiscais:** Impostos, Taxas
- **Não Fiscais:** Multas e Outras Penalidades, Rendimentos de propriedade Transferências Correntes, Rendimento Financeiro

Receitas de Capital – engloba as receitas provenientes da alienação de bens de investimento, transferências de capitais recebidas, operações de crédito, reembolso de empréstimos concedidos pelo Estado e outras receitas, destinadas a financiar as despesas classificáveis como despesas de capital. Exemplo: Imobilizações Financeira, Imobilizações Corpóreas, Imobilizações Incorpóreas, Transferências de Capital

2.4.3-As Receitas das Autarquias Locais

De acordo com a Lei nº 79/VI/2005 de 05 de Setembro, das Finanças Locais as receitas dos Municípios são:

As receitas dos municípios constituem em o produto de cobrança do imposto único sobre património (IUP), liquidado no respectivo território, o produto de cobrança do imposto Municipal sobre os Veículos Automóveis, participação do Fundo de financiamento dos Municípios, o produto da cobrança das taxas e das tarifas ou preços por serviços municipais, a participação no lucro das empresas municipais, rendimento dos serviços municipais administrados directamente e a renda dos dados em concessão; o produto da alienação de bens do património municipal, o produto de heranças, legados a doações e outras liberdades, o produto da cobrança de encargos de mais-valias destinadas por Lei os municípios etc.

“Os **impostos** constituem sem dúvida a mais importante das receitas correntes do Estado, pode definir-se como prestação patrimonial definitiva e unilateral estabelecida por lei a favor de uma pessoa colectiva de direito público, sem carácter de sanção com vista à realização de fins públicos”. Segundo Domingos Sousa, (1992,p60)

“É do imposto que provem, a maior parte das receitas efectivas. O imposto define-se: prestação pecuniária, coactiva e unilateral, sem carácter de sanção, exigida pelo Estado com vista á realização de fins públicos”. Segundo Teixeira Ribeiro, (1997)

A taxa é uma prestação (ou tributo) que pressupõe, ou dá origem a, uma contraprestação específica, resultante de uma relação concreta (que pode ser ou não de benefício) entre o contribuinte e um bem ou serviço público. Isto é: trata-se de uma receita pública, ligada a relações, normalmente de utilidade, entre quem é obrigado a pagá-la e um serviço ou um bem público. Para Sousa Franco, (1995,P63)

De acordo com a Lei nº 79/VI/2005 de 5 de Setembro, das Finanças locais (art. nº 6)
Os municípios podem cobrar taxas por: concessão de licença de loteamento, de execução de obras de particulares, da utilização da via pública por motivo de obras e de utilização de

edifícios; construção, manutenção ou reforço de infra- estrutura urbanística e de saneamento, ocupação do domínio público e aproveitamento dos bens de utilização, ocupação e utilização de locais reservados nos mercados e feiras, aferição de pesos, medidas e aparelhos de medição, estacionamento de veículos em parques ou outros locais a esse fim destinado, licenciamento sanitários das instalações, extinção do incêndio, utilização de matadouros e talhos municipais etc.

Ainda considera o modo a que a visão global da **actividade financeira das autarquias local** será adoptada dois critérios classificadores: um atendedor da respectiva proveniência que as distingue em receitas **originárias** e receitas não **originárias**, ou seja **derivadas**, e o outro, que as encara sob o ponto de vista da sua natureza e que as distingue em receitas de **natureza financeira** e de **natureza não financeira**.

Quanto à proveniência as receitas podem ser:

- **Receitas Originárias** quando a receita é destinada ao município, são obtidas com a exploração do próprio património, ou por meio de alienação de bens ou serviços.
- **Receitas derivadas** quando a receita resulta de uma redistribuição de receitas destinadas por lei a outras entidades.

Quanto à natureza as receitas podem ser:

- **Receita Financeiras** é quando a receita tiver na sua base uma finalidade de satisfação de necessidades de natureza colectiva e financeira (produção de bens públicos e semi-públicos).
- **Receitas não financeiras** se tiver na sua base qualquer outra finalidade (v.g. preventiva, repressiva ou sancionatória)

2.5- Financeiramente as Receitas das Autarquias, podem ser agrupadas em três agregados distintos, consoante a sua natureza: **patrimoniais, tributários, e creditícias**.

2.5.1-Receitas patrimoniais

“ As autarquias locais têm património e finanças próprias “ as receita próprias das autarquias locais incluem obrigatoriamente as provenientes da gestão do seu

património”.Essas receitas patrimoniais serão constituídas pelos ingressos financeiros que advêm da normal administração do património da Autarquia, ou da sua disposição.

Pode definir a receita patrimonial como a prestação sem carácter coactivo proveniente da normal administração ou da disposição do património da Autarquia.

2.5.2- Receitas Tributarias

As receitas tributárias, são as que têm na sua base a arrecadação de um tributo e constituem, no quadro financeiro corrente, uma das mais importantes – embora não necessariamente uma das mais significativas do ponto de vista quantitativo – fontes de financiamento dos municípios.

As principais dimensões da autonomia financeira das autarquias locais é a sua autonomia tributária, os municípios dispõem de poderes tributários relativamente a imposto e outros tributos cuja receita tenham direito. As autarquias locais podem dispor de poderes tributários, nos casos e nos termos previsto na Lei.

2.5.3 Recurso ao crédito

Além das receitas provenientes da gestão e alienação do património e dos tributos, as autarquias locais podem ainda recorrer a um terceiro tipo de receitas (recurso ao crédito). Nesta situação, os municípios tentam procurar no mercado, como qualquer outro sujeito económico, uma relação de confiança que lhe permita beneficiar, do imediato, de meios de liquidez. O recurso ao crédito pode ser feito mediante o apelo a várias formas jurídicas, das quais o empréstimo é sem dúvida a mais significativa em termos de ocorrência prática e visibilidade, razão por que se seguem os terão por referência quase exclusiva.

2.5.4-Aos Empréstimos

O enquadramento do recurso aos empréstimos por partes dos Municípios.

Nos empréstimos num ponto de vista Jurídico – Financeiro, está – se em presença de uma receita pública quem tem subjacente uma relação jurídica na qual se verifica uma dilação temporal entre duas prestações: no momento presente, o prestamista coloca ao dispor do Município determinada quantia em dinheiro e, num momento futuro, este compromete-se a reembolsar o capital

mutuado e a remunerar mediante o pagamento de um acréscimo (juro ou Renda). Joaquim Rocha (2009,p148),

Considera que se trata de um tipo de crédito que investe o Município num conjunto de deveres jurídicos e financeiros futuros e que, consoante o prazo de duração ou maturidade do empréstimo, pode mesmo chegar a onerar as gerações futuras, podendo estas, eventualmente, ser chamados a pagar despesas inerentes à construção de bens públicos ou semipúblicos que porventura não terão beneficiado.

Igualmente afirma que a contracção de um empréstimo efectuado pelas autarquias locais seja justificada, em primeiro lugar por motivações de ordem financeiras, particularmente o combate ao deficit momentâneo de tesouraria, o que tem acontecido geralmente na maioria dos municípios em Cabo-verde, particularmente é o caso de Santa Catarina, estes empréstimos são de curto prazo conforme consta no art. 8 nº3 da Lei 79/VI/2005, regime financeiro das autarquias locais.

Nos casos mais graves de ruptura os empréstimos podem servir como modo de procurar conseguir o saneamento financeiro, ou outros designadamente nos casos de desequilíbrio financeiros graves conforme art. 8 nº 4 da Lei 79/VI/2009, por outro lado podem encontrar motivações de ordem social procurando atrair capitais disponíveis para construção de infra-estruturas municipais, são os empréstimos de médio/longo prazo contraídos para atrair investimentos enquadra-se, também o empréstimo para reequilíbrio financeiro de acordo o art. 8º nº 5 e 6 da lei 79/VI/2005 regime financeiro das autarquias locais.

Do ponto de vista da sua qualificação, “os empréstimos podem ser considerados como receita não efectivas se forem adoptados um critério financeiro de classificação” Segundo Joaquim Rocha (2009,p149);

. Significa isto que este é um tipo de receita que, materializando um ingresso ou acréscimo de dinheiro no momento presente, significa igualmente, e em contrapartida, um aumento das responsabilidades financeiras do Municípios.

2.5.5. Limites do recurso aos empréstimos

Como já se deixou insinuado precedentemente, o recurso aos empréstimos como forma de financiamento das actividades públicas encontra-se actualmente fortemente limitado e desencorajado. Tal deve-se, em larga medida, ao

abuso que durante anos seguidos se fez do recurso às formas creditícias no âmbito autárquico, satisfazendo-se necessidades imediatas e nem sempre indispensáveis e criando-se a ilusão de equilíbrio orçamental e de racionalidade de gestão. Pura ilusão, todavia. O que é certo que as finanças autárquicas entraram numa espiral de débito, em que para se fazer face às dívidas originadas com a contracção de empréstimo se recorria a outros empréstimo muitas vezes em condições substancialmente mais desvantajosas (sujeito a taxas de juros mais altas), empurrando o devedor para uma alarmante situação de ruptura financeira. Joaquim Rocha (2009,p151),

Para o mesmo autor, será proveitoso distinguir dois tipos de limites inerentes á contracção de empréstimos: os limites que se aplicam a todas elas, independentemente da sua configuração concreta (limites genéricos) e os limites que apenas se referem a cada espécie mutuária, em particular, tendem em especial atenção a sua duração ou maturidade (limites específicos).

Referem-se que a primeira grande restrição ao recurso a empréstimo decorre do princípio da equidade intergeracional, significativo da ideia de que decisões financeiras actuais não se devem projectar negativamente nas condições sociais e económicas das gerações futuras. Trata-se de um princípio que apela à ponderação na distribuição dos benefícios e custo entre as diversas gerações, procurando não apenas evitar que os custos das decisões presentes se traduzem num esforço injusto imposto às gerações vindouras (exemplo aumento da carga fiscal), mas igualmente tentar com que os bens públicos e semipúblicos construídos no presente possam, sempre que possível, repercutir as suas utilidades no futuro.

Deste modo, os empréstimos hoje contraídos deverão dimensionar-se principalmente para as despesas de capital, como construção de bens duradouros (escolas, centro de saúde, vias de comunicações, ect) ou a amortização do passivo através do reembolso de empréstimo antigos, deverão ainda ter em linha de conta a assunção de juros e de prazos de amortização limitados e reduzidos.

2.6-Limites específicos a cada empréstimo

Terão em vista os tipos de empréstimos sob o ponto de vista da sua duração

a) Empréstimo de curto prazo

Conforme a Lei nº 79/VI/2005 de 5 de Setembro, art.nº8, nº 3, os empréstimos de curto prazo só podem ser contraídos para ocorrer a dificuldades de tesouraria, não podendo o seu

montante exceder, em momento algum, 10% das receitas efectivamente cobradas no ano económico anterior, excluídas as contas de ordem.

A mesma Lei, art.8, nº 8, a possibilidade de recurso ao crédito a curto prazo nos termos do nº 3 carece apenas de deliberação da Câmara Municipal e não pode exceder o final do ano económico em curso, ficando esta obrigação de informar a Assembleia Municipal na sessão seguinte.

b) Empréstimo a médio e a longo prazo

Os empréstimos a médio e longo prazo, devem ser autorizados pela Assembleia Municipal, sob a proposta da Câmara Municipal, em concordância com o regime financeiro das autarquias locais leis nº 79/VI/2005, art.8 nº 9, esta proposta deve ser acompanhada de informação que incluam, a demonstração de forma clara e verificável por entidade externa, da relevância do investimento e a capacidade de reembolso por parte de município, uma mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, nomeadamente os encargos com juros e amortização do capital de cada um dos empréstimos não reembolsados e sua incidência anual num horizonte de cinco anos. De acordo com art.8, nº 10, da Lei nº 79/VI/2005, os encargos anuais com amortizações e juros de créditos de médios e longo prazo, incluído os dos empréstimos obrigacionistas, não podem exceder o maior de um dos seguintes limites:

- a) 15% do valor das receitas correntes, incluído a transferências a que o município tem direito nos termos da lei (FFM)
- b) 25% do valor dos investimento realizados pelo Município no ano anterior.

2.7- Fases das Receitas

De acordo o Decreto-lei 47/80 que estabelece as Regras Aplicaveis ao Orçamento e Contabilidade Municipal, a receita orçamental pode ser agrupado em três fases ou operações fundamentais, a seguir definidos

a) Previsão – corresponde a estimativa da receita a ser arrecadada, para o efeito da sua inscrição no orçamento municipal, a importância das receitas será calculada conforme consta o Decreto-lei 47/80 art. 12º

-As receitas certas pelo seu quantitativo;

-As ultima variáveis pela média da cobrança dos últimos três anos;

-As receita cuja variação tenha carácter regular pela importância da receita efectiva do último ano corrigido por coeficiente de aumento ou diminuição calculado em face da cobrança desse ano e de anos anteriores.

Para Ribeiro, Teixeira ,(1989) esmeram-se, para a previsão das receitas, os seguintes métodos:

- **Previsão directa** - quando as receitas são fixadas por lei ou contrato e aos impostos que, por virtude de alterações do regime legal, devem produzir rendimento diverso do dos anos anteriores
- **Previsão pelo método do penúltimo ano** - quando tratam-se de receitas pouco variáveis, ou seja, mantêm inalteradas ao longo dos tempos
- **Previsão pelo método das correcções** - quando as receitas pouco variáveis tendem a aumentar ou por motivo da desvalorização da moeda (aumento nominal) ou por razões do incremento da produção (aumento real);
- **Previsão pelo método do rendimento médio** - quando as receitas são muito variáveis.

c) **Liquidação** – A liquidação é o acto pelo qual a administração financeira determina o montante exacto do valor a ser arrecadado pelo Estado provenientes da dívida do contribuinte, do utente ou de outro valor em benefício do Estado, conforme o Decreto – Lei 29/2001,art.18.

c)**Arrecadação ou Cobrança** – cobrança de todas as receitas por quaisquer serviços da Administração Central ou não dotados de autonomia administrativa e financeira bem como as de origem externa destinadas a qualquer outro crédito, conforme o Decreto – Lei nº 29/2001, art. 16º.

De acordo ao Decreto – Lei nº 29/2001, regime da contabilidade pública art. 17º” As receitas públicas processam através da liquidação e posterior cobrança.

Capítulo - 3: Caracterização do Concelho de Santa Catarina

3-Historial do Concelho de Santa Catarina

Conforme relata o medico Henrique de Santa Rita Vieira¹, a 14 de Fevereiro de 1834, com a transferência da sede do Concelho da Cidade de Ribeira Grande, para a então incipiente Povoação de Picos (na Freguesia de São Salvador do Mundo), deu-se origem ao Concelho de Santa Catarina.

No dia 18 de Janeiro de 1861, foi lançada a primeira pedra para o edifício da Câmara. Em geral, os presidentes das Câmaras e Administradores do Concelho eram escolhidos entre os proprietários residentes, e, as reuniões da Câmara faziam-se nas casas dos presidentes, que assim serviam de paços do Concelho: na Ribeira da Barca (1845) na Casa Grande dos Picos (1845) nos Flamengos (1846 a 1849) nos Picos (1851 a 1857), na Achada Falcão, em Carreira. Toda a previsão que se tinha para a construção dos Paços do Concelho de Achada Falcão fora abandonada e fixaram a sede no Tarrafal.

O Concelho de Santa Catarina englobava então as Freguesias de Santa Catarina (então designada de Santa Catarina do Mato), São Salvador do Mundo, São João Baptista, São Miguel, e Santo Amaro Abade.

No final do séc. XIX, o Concelho de Santa Catarina ocupava a metade do Norte da ilha,

Enquanto a outra metade Sul era o Concelho da Praia.

Para tal, foram expropriados os terrenos para a edificação da Sede do Concelho na Achada Falcão, no sítio de Cruz Grande, e encomendados os materiais para construções de edifícios públicos. Os rendimentos da Câmara estavam a aumentar que justificava essas despesas de instalações

Segundo o mesmo autor o recém – criado Concelho de Santa Catarina, situava – se numa região ainda pouco explorado e, ao dar os seus primeiros passos, lutava com dificuldades, por falta de recursos. D. Maria II, veio em seu auxílio e doou á respectiva Câmara, para poder satisfazer os seus encargos, por decreto de 12 de Janeiro de 1937, as terras denominada

¹ Vieira Henrique Lubrano de Santa Vieira, A vila de Assomada, Associação dos Amigos do concelho de Santa Catarina.

castelo, Achada grande, achada Gregório, Linho e selada. A propriedade denominado castelo, ficava situada em S. João Baptista (B.O. nº3/1895).

É na freguesia de Santa Catarina que se encontram as duas ribeiras mais ricas em Vegetação, Boa Entrada e Engenho.

A Boa Entrada oferece alguns pontos de vista Surpreendentes pelo seu aspecto verdejante, acidentado, caprichoso e pela quantidade inumerável de árvores, (Milhares de pés de laranjeiras, limoeiros, de café, de coqueiros, de amendoeiras, entre os quais se distingue a macieira, o urucu, a tangerina, além de outras árvores e arbustos próprios dos climas da Europa, espalham agradável frescura na mansão do seu proprietário Manuel dos Reis Borges.

O Engenho menos coberto de arvoredo, é igualmente importante pela abundância de produtos coloniais que ali se fabricavam, um trabalho bem dirigido, uma actividade rara neste país, a multiplicidade de trapiches que existia na Ribeira do Engenho atrai a atenção do observador.

1.2-Enquadramento Geográfico

O Concelho de Santa Catarina localiza-se na zona central da ilha de Santiago, Sensivelmente no centro O este da Ilha, a cerca de 44 km da Cidade da Praia. Situada no grupo de ilhas do sotavento, a Ilha de Santiago, a maior do arquipélago, está entre os paralelos de 14° 50' e 15° 20' N e os meridianos de 23° 20' e 23° 50' W.

Em termos mais precisos, Santa Catarina situa-se sensivelmente, entre as latitudes 15° 01'e 15° 12' N e a uma altitude média de 500 metros acima do nível médio do mar.

Santa Catarina assume uma localização geográfica estratégica, ocupando uma posição de alguma centralidade na Ilha, fazendo fronteira com vários outros municípios.

Confronta-se à: Oeste com o mar, a Norte com o Concelho do Tarrafal, a Nordeste com o Concelho e São Miguel, a Este com o Concelho de São Salvador do Mundo e a Sul com o Concelho de Ribeira Grande de Santiago.

Santa Catarina é o maior concelho da ilha. O seu território tem uma superfície aproximada de 214 Km², o que representa, 22% do total da Ilha de Santiago (991 Km²) e 5% do território emerso do país.

Assomada constitui um vasto planalto de cerca 500m de altitude que se estende desde a orla de Fonte Lima até cruz de cima, no sentido Sul-Norte e de Pedra Barro ao monte Gil Bispo no sentido Oeste – Este, fica a 64km da Cidade da Praia Capital do País.

Situa – se entre os meridianos 23° 40´e 23 41´ de longitude Oeste e os paralelos 15° 05´e 15° 06´de latitude Norte.

“Entra – se na Cidade por Cruz de Picos, à direita fica o monte Figueira Finado e à esquerda a encosta de Junco com o início do caminho para a Água grande (primeira nascente que abastece de água a Assomada). Segue-se a povoação de Fonte Lima, na encosta que dá começo à Ribeira do Engenhos. Continuando para a direita, temos o monte Gil Bispo, com o início da estrada para as povoações de Monte Travessa e Gil Bispo. Segue-se a queda de água Maria Simão e o Tarrafalinho; até Nhagar e início de cruz de Cima. À esquerda encontra-se Achada Riba que desce abruptamente sobre a Ribeira dos Engenhos. Segue-se o Monte Cumbém, Achada Galego, João Preto, Pedra Barro, Monte de Assomada, Monte Trio, Monte Viúva início de cruz de Cima” Viera (1993) citado por Furtado (2006)

Capítulo -4:Estudo de Caso

4.Caracterização da Situação Económica – Financeira da Câmara Municipal de Santa Catarina.

4.1-Characterização da Câmara Municipal de Santa Catarina

Segundo o Estatuto dos Municípios a Lei nº 134/IV/95 de 03 Julho a Divisão de Recursos Humanos, A CMSC na Ilha de Santiago, comporta a seguinte estrutura

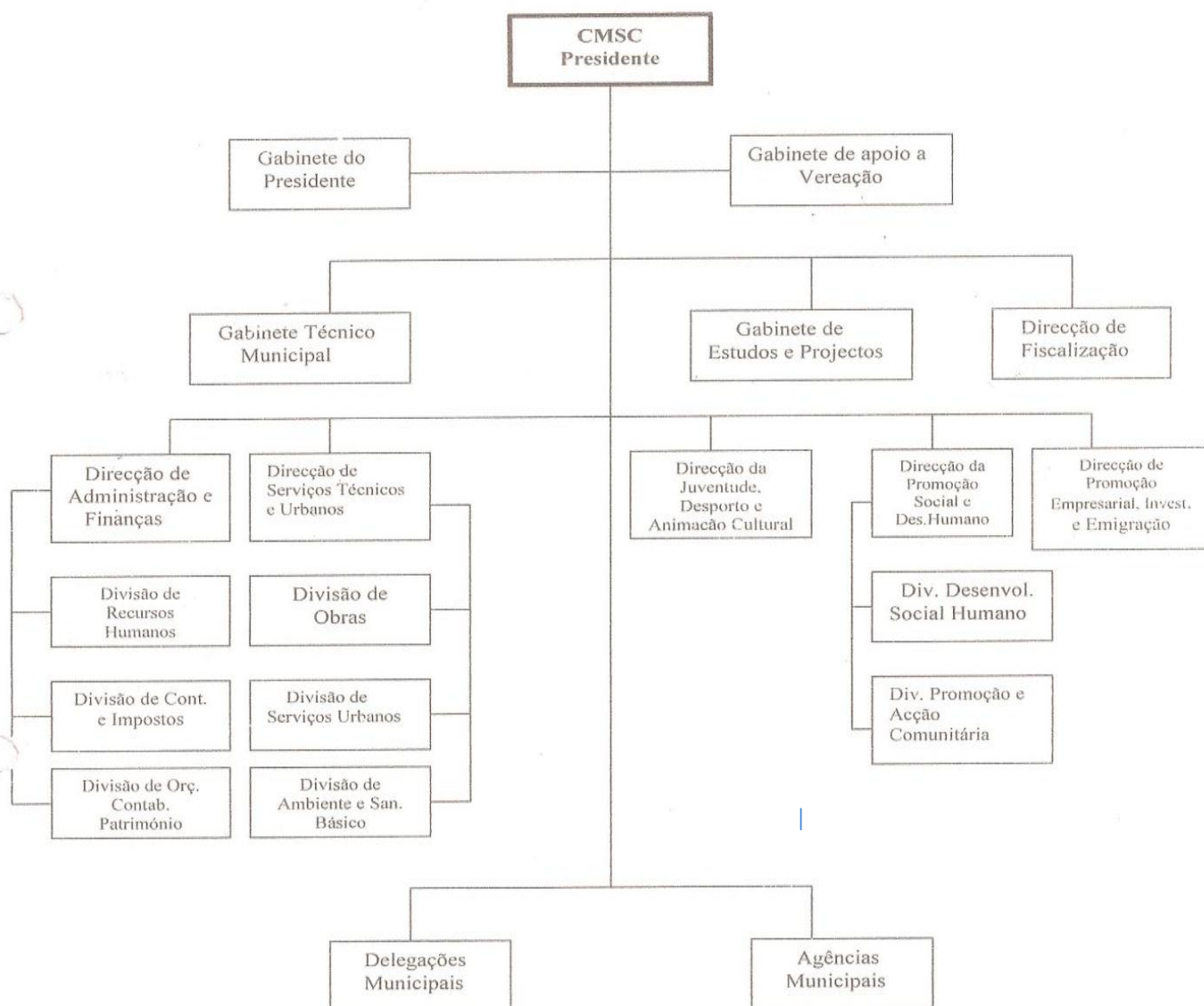
O Presidente da Câmara Municipal e seu Staff, bem como todos os departamentos que figuram no organigrama abaixo:

Esta Instituição Municipal conta com 689 funcionários com os seguintes vínculos jurídicos:

- Sete funcionário em Comissão de serviço, trinta e um pessoal do quadro, cento e treze pessoal contratado, quatrocentos e sessenta e sete pessoal com vinculo Jurídico irregular, trinta e dois aposentados e dezoito pensionista.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CATARINA

Organigrama



4.2- Organização e Estrutura de Funcionamento da Câmara Municipal de Santa Catarina

De acordo com a lei nº 1/V/99, 23 de Novembro, as Autarquias Locais são pessoas colectivas públicas territoriais dotadas de órgãos representativos das respectivas populações que prosseguem dos interesses próprios destas.com a criação e extinção das autarquias locais, bm como a alteração dos respectivos territórios são feitas por lei, com prévia consulta aos órgãos das autarquias abrangidas (C.R.C.V., art.174º).

A Câmara Municipal de Santa Catarina está situada na Cidade de Assomada, possui quadro de pessoal próprio, nos termos da lei, O Município goza de autonomia financeira e administrativa, que compreende o poder de praticar actos administrativos, possuindo finanças próprias que lhe permitem elaborar, aprovar, alterar, executar, o plano de actividade e orçamento, podendo ainda dispor de receitas próprias, ordenar e processar despesas, arrecadar receitas e recorrer ao crédito, nos termos da (lei nº 134/IV/95, artº 3º) conjugado com a (lei nº 79/VI/2005, art 2º e art 8º).

Conforme a estrutura aprovada em Agosto de 2009, a autarquia de Santa Catarina tem também a autonomia patrimonial que consiste em gerir património que responde pelas dívidas e encargos perante terceiros.

Autonomia normativa em que o município goza de poder regulamentar próprio que lhe permite criar normas gerais com carácter obrigatório na área da sua jurisdição, sobre matéria integrada no quadro das suas atribuições, nos limites da constituição e da lei, e a autonomia organizativa que lhe permite criar, organizar e fiscalizar serviços destinados a assegurar a prossecução das suas atribuições.

Os órgãos municipais são independentes no âmbito da sua competência e as deliberações ou decisões só podem ser suspensas, modificados, revogados ou anulados pela forma prevista na lei.

Os Serviços municipais da Câmara Municipal de Santa Catarina, possuem, para além dos princípios gerais fixados na lei, os seguintes **princípios de organização e gestão: Princípio da racionalidade**, visando o equilíbrio entre os objectivos e os recursos disponíveis;

Princípio da eficácia, visando garantir a realização dos objectivos fixados, no quadro da prossecução do interesse público municipal; da prossecução do interesse público municipal;

Princípio da coordenação, que consiste na articulação entre os serviços municipais e a integração das actividades; **Princípio da flexibilidade**, visando a adequação permanente das estruturas e dos recursos às necessidades de desenvolvimento do Município.

Com entrada em vigor da Lei nº 37/IV/92 de 28 de Janeiro, que aprovou o Código Geral Tributário, dispõe do seu artigo 4º, que a liquidação e cobrança dos impostos locais serão transferidas para os municípios quando se encontrarem devidamente montadas e organizados os respectivos serviços de administração fiscal, convindo dar seguimento a este processo foi aprovado, o Decreto-lei nº 22/2000 de Maio que regula a transferência de competência para liquidar e cobrar os impostos, de forma a garantir aos municípios um instrumento precioso para a correcta gestão das finanças locais e aumentar a eficiência da administração fiscal, a Câmara passou assim a deter o poder de cobrar uma receita que era própria mas que vinha sendo cobrada pela Repartição de Finanças e depois transferida para a Câmara, transferência essa que pecava pela demora na sua efectivação.

Os seguintes impostos:

- Imposto único sobre património
- Imposto sobre circulação de veículos automóveis
- Impostos único Sobre os Rendimentos (IUR) do comércio Informal

As transferências destes impostos aos Municípios vinho a aumentar e melhorar as receitas municipais, essas receitas representam uma das principais fontes de recursos próprios dos Municípios, mesmo assim não foram suficientes para o Município de Santa Catarina.

Existem alguns constrangimentos nas cobranças desses impostos, nomeadamente os impostos únicos sobre património (IUP) e IUR do comércio informal, porque a maioria dos proprietários não paga os impostos ou seja fuga ao fisco. Sendo assim cabe à administração municipal fazer tudo no sentido de aperfeiçoar mais o processo de sua cobrança.

4.3- Contribuição do Sistema de Informação Municipal (SIM) na arrecadação das Receitas

O Sistema de Informação Municipal (SIM), começou a ser implementado em 2002 pelo Governo de Cabo Verde com apoio de seus parceiros de desenvolvimento e pelo NOSI. O SIM engloba a instalação nos municípios de infra-estruturas informáticas, de redes locais, de

centro de dados e de um sistema de informação que cobre todas as áreas de gestão municipal, nomeadamente: Gestão Financeiro, Recursos Humanos, Gestão de Taxas e Impostos, Licenciamentos, Terrenos. Integram os municípios na Rede do Estado passando a usufruir de acesso a e-mail .

O sistema SIM foi introduzido na Câmara Municipal de Santa Catarina em 2008, veio a dar uma nova visão na gestão municipal através do controlo (gestão de despesas e gestão das receitas) o SIM íntegra a perspectiva de concretização de uma governação electrónica mais próxima dos cidadãos, a modernização e a melhoria da gestão municipal, sustentada pela capacitação dos recursos humanos, instalações de infra-estruturas de comunicação e implementação de sistema de informação fiável, são componentes de boa governação, este sistema tem o objectivo de dotar os municípios de uma estrutura informática moderna estável, flexível e segura, conectar os municípios entre si, estabelecendo um modelo de gestão municipal sintonizado e harmonizado com os outros municípios.

Este sistema facilitou o Município de Santa Catarina na elaboração e consolidação de contas de gerências, controlo permanente da execução orçamental, controle das despesas.

4.3.1-Vantagens:

O sistema SIM apresenta para o Município, as seguintes vantagens, em conformidade com a conversa tida com o Secretário Municipal:

- Obtenção de informação em tempo útil;
- Elaboração de conta de gerência em tempo útil;
- Diminuição de tempo de espera;
- Eficácia dos dados;
- Descaracterização dos documentos;

4.3.2-Desvantagem

- O Sistema não consegue fazer conciliação bancária;
- O Servidor central depende da energia eléctrica.
- Quando deparados com problema no sistema é preciso que o pessoal do NOSI desloque, da praia para vir resolver o problema aqui na Assomada que é muito constrangedora para o serviço.

4.4-Análise dos Resultados

Os dados apresentados nos quadros abaixo caracterizam a situação económica - financeira da Câmara Municipal de Santa Catarina no período de 2006 a 2010, reflectindo as variações decorrentes da arrecadação de receitas.

4.4.1- Análise da Evolução das Receitas da Câmara Municipal de Santa Catarina no período 2006 a 2010.

A evolução das receitas previstas e as cobradas no orçamento da CMSC, referentes as contas de gerência e livros de registo.

Em termos da comparação entre os valores da previsão e execução das receitas, e identificado qual é o grau da eficiência da arrecadação e evolução das receitas no período de 2006 a 2010 na Câmara Municipal de Santa Catarina, conforme quadro nº1.

Este quadro representa a oscilação das Receitas da Câmara Municipal de Santa Catarina, incluídas as receitas correntes e as receitas de capitais, os resultados variam ao longo dos anos apresentando oscilações bastante consideráveis.

De acordo com o quadro nº1 observamos maior eficiência na arrecadação de receitas correntes do que nas receitas de Capital.

Nas receitas correntes atingem-se uma margem de 89,06% de execução em 2007. Apesar das receitas correntes ter apresentado uma execução relevante em 2007, em termos globais a arrecadação das receitas não foi tão significativa, com aumento de receita de 84,44% para 89,26% de 2006 a 2007, teve um decréscimo de 80,26% em 2008 e 66,50% em 2009 no total das receitas.

Quadro 1- Evolução das Receitas CMSC no período de 2006 a 2010

Receitas	2006	2007	2008	2009	2010
	MA %	MA %	MA %	MA %	MA %
Impostos Directos	57,99	55,54	64,22	54,90	48,58
Imposto Indirecto	111,41	75,50	86,24	80,31	175,02
Outras Receitas Fiscais	0,00	0,00	18,70	48,56	31,56
Contribuição Sociais	0,00	0,00	59,43	0,00	0,00
Taxas Multas e outras penalidades	55,46	63,58	8,45	6,62	5,54
Taxas e preços Públicos	0,00	75,17	78,13	32,86	16,01
Rendimentos de Propriedades	0,00	25,47	23,54	17,82	25,52
Transferências Correntes	98,09	97,17	104,49	90,76	101,22
Outras receitas Correntes	5,91	119,80	0,46	17,32	12,73
Venda de bens não duradouros	42,37	55,71	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas Correntes	84,44	89,06	80,26	66,50	72,69
Outras Transferências	0,00	0,00	899,70	8,63	0,00
Saldo orçamentais	0,00	0,00	662,98	794,13	523,40
Retenção - Receita Estado	0,00	0,00	56,30	0,00	0,00
Venda de Bens de	29,74	116,86	107,20	0,00	0,00

Investimento					
Activo Financeiro externo	0,00	0,00	0,00	43,60	0,00
Transferências de Capital	100,90	52,61	0,00	0,00	0,00
Vendas de activos produzidos	0,00	0,00	0,00	32,69	44,93
Reposição não abatidas no pag	0,00	0,00	116,28	0,00	0,00
Passivos Financeiros	9,76	0,00	40,80	0,00	77,00
Outras Receitas de Capitais	0,00	0,00	0,00	0,27	15,47
Outra Receita de Investimento	0,00	0,00	34,97	17,18	19,03
Operações Financeiras	0,00	38,24	0,00	0,00	0,00
Reposição	169,80	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta de Ordem	13,11	22,93	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Capital	33,21	47,20	91,42	76,88	83,50

Fonte: Elaboração, através de dados colectados da conta de gerência da Câmara Municipal de Santa Catarina.

Podemos analisar graficamente a evolução das receitas correntes na Câmara Municipal de Santa Catarina 2006 a 2010, conforme gráfico nº1.

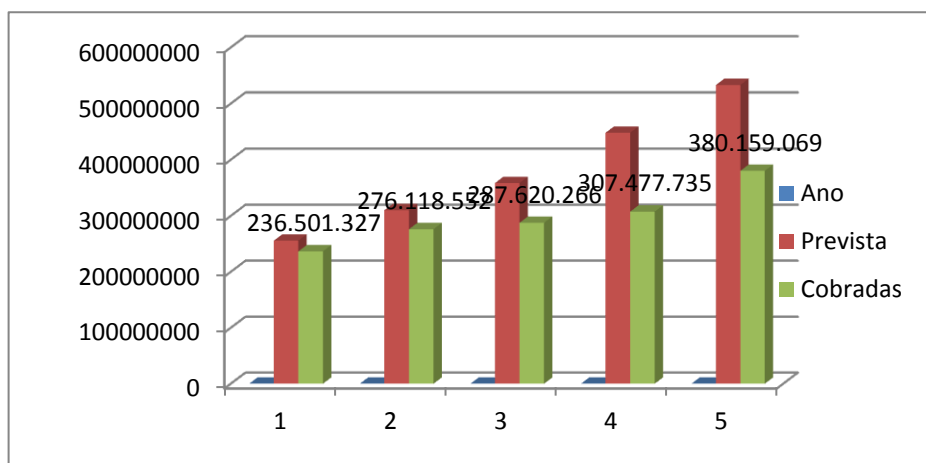


Gráfico 1 – Evolução das Receitas Correntes na CMSC no período 2006 a 2010

Fonte: Colectados através da conta de gerências da Câmara Municipal de Santa Catarina.

No que toca às receitas de capital no período 2006 a 2007, a cobrança foi ineficiente apresentando uma fragilização, o desvio justifica por níveis de cobrança inferiores ao previsto obtendo uma percentagem de 33,21% em 2006 e 47,20% em 2007, todavia estes resultados representam uma indisponibilidade de recursos para a realização de bens de investimento.

È de salientar que houve melhoria na arrecadação de receita em 2008, atingindo uma percentagem de 91,42%, em 2009 76,88%, e 2010 83,5%, conforme o gráfico nº2

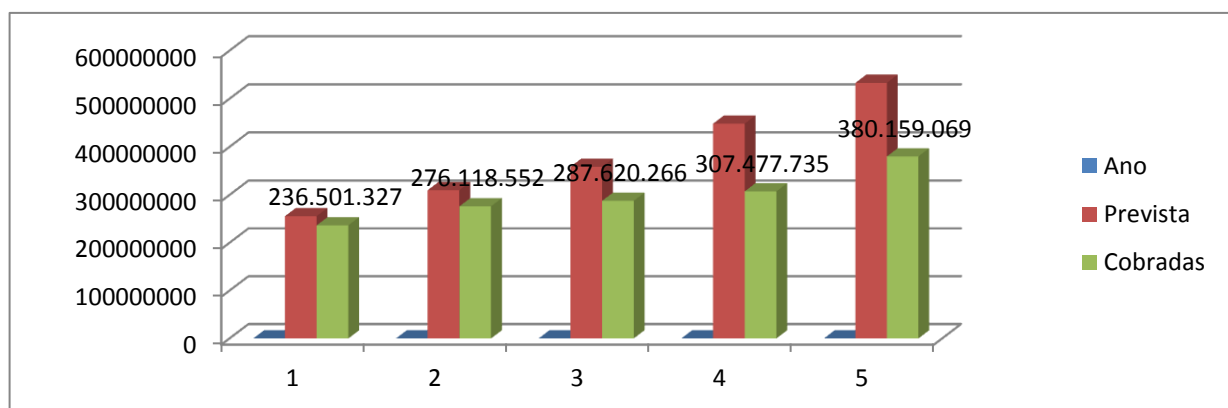


Gráfico 2- Evolução das Receitas de Capital no Período 2006 a 2010

Gráfico 2- Evolução das Receitas de Capital no período 2006 a 2010.

Fonte: dados colectados através de conta de gerências na Câmara Municipal de Santa Catarina

4.5-Análise da Situação Orçamental, Económica e Financeira

4.5.1- Execução da Receita

Os dados colectados na elaboração dos principais instrumentos previsionais de gestão, bem como o controlo da execução tem tido reflexos positivos no esclarecimento dos graus de execução orçamental nos últimos cinco (5) anos em estudo.

4.5.2-Mapa Resume de Receitas Previstas e Arrecadas em 2006 a 2010

Quadro 2- quadro comparativo da execução e previsão das Receitas Totais da CMSC no Período 2006 a 2010

Ano	Previsão Inicial (Em CVE)	Cobradas Efectuadas (Em CVE)	% da Cobrança	Desvio Absoluto
2006	548.830.785,00	326.711.876,00	62%	- 222.118.909,00
2007	694.280.826,00	457.478.780,00	66%	- 236.802.046,00
2008	700.000.000,00	599.954.852,00	86%	- 100.045.148,00
2009	843.000.000,00	601.393.030,00	71%	- 241.606.970,00
2010	1.234.042.244,00	865.973.876,00	70%	- 368.068.368,00
MEDIA			71%	

Fonte: Elaboração através de dados colectados da conta de gerências da Câmara Municipal de Santa Catarina.

Desvio Absoluto: Receitas Cobradas – Receitas Previstas

Média: Calculada a partir das funções no Excel

Na Gerência do ano de 2006 a cobrança das Receitas orçamentais atingiu o montante de 326.711.876\$00, o que corresponde a 62% do previsto numa previsão de 548.830.785\$00, pelo que a receita efectivamente cobrada ficou aquém do previsto em 222.118.909\$00. Essa diferença resulta fundamentalmente de algumas receitas que não foram conseguidas de entre as quais destacamos:

Imposto único sobre o Património (11.088.699\$00), Saldos orçamentais (25.535.705\$00), Terrenos e outros Sectores (10.000.000\$00), empréstimo a Longo Prazo (108.000.000\$00) Receitas Consignadas (Orçamentos do SAAS (48.174.000\$00).

As Receitas Cobradas nas Gerências do ano 2007 atingiu o montante de 457.478.780\$00, o que corresponde a 66% do previsto numa previsão de 694.280.826\$00. A receita cobrada efectivamente ficou aquém dos previstos em 236.802.046\$00. Essa diferença resulta fundamentalmente de algumas receitas que não foram conseguidas, nomeadamente:

Habitação ficou a (25.000.000\$00), Transferências de capital (47.065.436\$00), Operações Financeiras empréstimos (110.246.500\$00), Contas de Ordem (57.749.500\$00)

E para o orçamento de 2008, previu-se uma receita de 700.000.000\$00 e a realização das receitas foi de 599.954.852\$00, isto é registou-se uma taxa de 86%, em relação á previsão. O desvio justifica-se fundamentalmente, por uma quebra nas cobranças concernentes as rubricas Passivo financeiro na qual se registou um desvio negativo de (123.714.735\$00), Outras Receitas Correntes (509.284), Outras Receitas de Investimento (50.070.813), Taxas e Preços Públicos (5.616.631), e Imposto Directo (8.943.939).

Em 2009 previu-se um orçamento de 843.000.000\$00, e a realização foi de 601.393,030\$00, isto é registou-se uma taxa de realização de 71% em relação a previsão.

A receita cobrada ficou aquém da expectativa de 241.609.970\$00. Essa diferença caracteriza-se pelas receitas provenientes de Imposto único sobre o Património (14.257.668\$00).

Por taxas de Serviços de Mercadoria e Feiras (20.938,966\$00), da Taxa Ecológica (17.083.268\$00), Serviços Autónomos de Água e Saneamento (57.149.000\$00), Outras Transferências (66.792.365\$00), Outras Receitas de Investimento (62.945.585\$00), Terreno Subjacentes a Edifícios e Outras (11.532.840\$00), Empréstimo a médio e longo prazo etc.

Por último para o orçamento de 2010, foram previstas receitas de cerca de 1.234.042.244\$00 e a realização foi de 865.973.876\$00, isto é, registou-se uma taxa de 70%, em relação à previsão. o desvio justifica-se por níveis de cobrança inferiores ao previsto,

especialmente nas rubricas Imposto directos com uma cobrança inferior em cerca (61.606.130\$00), Outras Receitas Correntes(37.403.404\$00), Outras Receitas de Investimento(170.200.000\$00), Venda de activos produzidos com desvio negativo de (41.616.979\$00), e Passivo Financeiro também com o desvio negativo cerca de (58.068.078\$00).

A execução da receita desde a implementação da Nova Lei das Finanças Locais, tem sido evolutivo, fixando-se em 2008 nos 86 %. Face a este nível de execução e atendendo à informação contabilista nas últimas contas de gerências (2006 a 2010), verifica-se que o valor médio de execução da receita do Município de Santa Catarina ronda os 71%.

4.6- Comparação dos Desvios entre a Execução e a Previsão das Receitas de Capital e Receita Correntes no período 2006 a 2010.

A análise demonstra os desvios entre as receitas correntes previstas e a receitas correntes cobradas, conforme consta no quadro 3- Quadro comparativo da previsão e Execução das Receitas Correntes da CMSC no período 2006 a 2010.

Das análises das Receitas Correntes do Município de Santa Catarina, durante o período 2006 a 2010, constatamos que no ano 2009 a 2010 houve mais insucesso na arrecadação das receitas prevista, O desvio justifica-se por fraca capacidade na arrecadação das receitas, atingindo uma percentagem negativa em 2009 de (-39%), e em 2010 (-29%).

Em 2009 o desvio justifica-se por níveis de cobrança inferiores ao previsto provenientes dos Impostos Directos com um cobrança inferior em cerca de 13.591.847\$00, das Taxas e preços Públicos em cerca de 36.281.739\$00 e outras Receitas Correntes e contribuições Sociais representam uma execução altamente deficitária.

No ano 2010 o desvio justifica-se, por níveis de cobrança inferiores ao previsto, especialmente nas rubricas “Imposto Directo”, o nível de cobranças dos Impostos Directos deve-se a fraca propensão á assunção das obrigações fiscais, em especial no respeitante ao pagamento do Imposto Único sobre o Património (IUP), a desactualização dos valores matriciais e ás insuficiências da fiscalização por porte do Município de CMSC, a nível de cobrança das Taxas e Preços Públicos deveu-se á conjuntura económica pouco favorável, com efeito, nas construções urbanas e no comércio, também nas insuficiências da fiscalização, Outras Receitas Correntes.

A maior percentagem de arrecadação da receita foi em 2006 onde as receitas prevista foram quase iguais as receitas cobradas provocando um desvio de (-7%). Este desvio foi provocado devido ao aumento das transferências da Administração Central designadamente a taxa ecológica que tinha sido previsto o valor de 3.000.000.00 CVE e efectivamente foi transferido o valor de 13.815.874 CVE, provocando um desvio positivo em termos absoluto de 10.815.874 CVE.

Quadro 3- Quadro Comparativo da Previsão e Execução das Receitas Correntes da CMSC no período 2006 a 2010 .

Ano	Receita		Desvio Orçamental %	
	Prevista	Cobradas	Absoluto	Relativo
2006	255.651.080	236.501.327	- 19.149.553	-7
2007	310.031.826	276.118.552	-33913274	-11
2008	358.362.540	287.620.266	-70742274	-20
2009	447.955.213	307.477.735	- 140477478	-31
2010	532.981.869	380.159.069	- 152822800	-29
Total	1.961.968.233	1.498.562.302	- 463405931	-24

Fonte: Elaboração através de dados colectados da conta de gerência da CMSC no período 2006 a 2010.

Desvio Absoluto = receita cobrada – Receita prevista

Desvio Relativo = (receita cobrada *100) /receita prevista – 100

Média = calcula a partir das funções no Excel

Em relação a receita de capital durante o período 2006 a 2010, houve um decréscimo, principalmente nos anos 2006 e 2007.

Durante o ano 2006 nas receitas de capitais obtivemos uma percentagem negativo de (-66%), relativamente ao que forem previsto o desvio justifica-se, por níveis de cobranças inferiores ao previstos, especialmente nas rubricas de «Saldo Orçamentais» com uma cobrança inferior em cerca de (25.535.705\$00), A cerca do Empréstimo a Médio e Longo Prazo não foram concedidos os préstimos, a previsão forem de 108.000.000\$00 e também o Orçamento de SAAS ficaram á sem sucessos.

Em 2007 com uma taxa de (-53%) o desvio negativo justifica-se por nível de cobrança inferior a rubrica da Transferência do Sector Público, da Transferência do Exterior, dos Empréstimos Obtidos, Habitação. por não ter recebido um valor inferior a que foram previstos a receber.

Quatro 4- Quadro Comparativo da Execução e Previsão da Receita de Capital na CMSC no período 2006 a 2010

Ano	Receita		Desvio Orçamental	
	Prevista	Cobradas	Absoluto	Relativo
2006	236.194.000	88,656153.000	- 156.668.804	- 66
2007	384.249.000	181.360.228	- 202.888.772	- 53
2008	341.637.460	312.334.586	-29302874	-9
2009	395.044.787	297.145.122	- 97.899.665	- 25
2010	633.738.131	485.747.623	- 147.990.508	- 23
Total	1.990.863.378	1.356.112.755	- 634.750.623	- 32

Fonte: Elaboração através de dados colectados na conta de gerência da Câmara Municipal.

Desvio Absoluto = receita cobradas – receita prevista

Desvio Relativo = (receita cobrada *100) /receita prevista – 100

Média calculado a partir das funções de Excel.

4.7-Analise das Receitas Tributarias na Câmara Municipal de Santa Catarina

Quadro 5 – Previsão Orçamental das principais receitas do Município

Designação	Anos				
	2006	2007	2008	2009	2010
FFM	177.753.080,00	177.753.000,00	221.067.624,00	256.285.651,00	261.411.364,00
IUP	25.000.000,00	30.000.000,00	25.000.000,00	30.000.000,00	50.000.000,00
Mercados e feiras	8.000.000,00	8.000.000,00	7.000.000,00	24.854.588,00	40.000.000,00
Comércio	550.000,00	550.000,00	4.000.000,00	105.000,00	11.000.000,00
IMVA	3.000.000,00	3.000.000,00	3.363.474,00	3.363.474,00	3.363.474,00

Quadro 6 – As Principais Receitas Arrecadadas e Cobradas no Município

Designação	Anos				
	2006	2007	2008	2009	2010
FFM	177.753.080,00	178.527.779,00	220.197.669,00	248.237.929,00	293.957.447,00
IUP	13.911.301,00	15.769.194,00	16.056.061,00	15.742.332,00	24.258.289,00
Mercados e feiras	4.324.942,00	3.678.655,00	3.437.385,00	3.915.622,00	3.967.115,00
Comércio	3.917.310,00	3.930.728,00	4.426.200,00	3.204.398,00	3.725.539,00
IMVA	2.440.900,00	2.821.800,00	3.070.055,00	2.783.764,00	3.137.700,00

Analisando os quadros 5 e 6, poder-se-á concluir que a receita de maior peso na Câmara Municipal de Santa Catarina é a do FFM (Fundo de financiamento dos Municípios) que é

transferido pelo Estado, e que da receita cobrada que tem maior peso é o IUP (Imposto Único Sobre o Património). O IUP é uma das fontes de receita mais importante para o Município de Santa Catarina, tem sido mal explorada, devido á ineficiência de arrecadação, a falta de fiscalização e regularização do cadastro e a desactualização dos prédios.

O IUP representa a maior receita cobrada de acordo com análise feita, apesar do seu melhoramento em 2010 não tem contribuído significativamente no aumento das receitas deste município no período 2006 a 2010

Em seguida temos as taxas cobradas nos mercados e feiras, análise demonstra que é uma receita com pouca expressão devido a falta de fiscalização por parte do município,

O IUR (Imposto Único Sobre o Rendimento) sobre comércio informal que também foi transferido para a Câmara Municipal, é uma receita difícil de cobrar, visto que são pessoas que deambulam pela Cidade vendendo os seus produtos, onde a Câmara não tem como correr atrás. A maior parte dessas pessoas não possuem licença, e quem possuir, na maioria das vezes, não efectua a renovação anual, a Câmara consegue cobrar apenas aos vendedores ambulantes que voltam a pedir renovação anual do seu cartão. De acordo uma entrevista feita ao responsável do sector do comércio da Câmara Municipal de Santa Catarina.

Por último temos Imposto sobre veículos automóveis nos períodos em análise demonstra que é uma receita pouca representativo para o município, pois este imposto pode ser pago num outro município que não seja o da área de jurisdição do contribuinte.

A análise demonstra que o FFM (Fundo de Financiamento dos Municípios) é a principal receita para o orçamento da Câmara Municipal de Santa Catarina, se não o fosse a Câmara não honrava com os seus compromissos.

Tendo em conta o orçamento e o princípio de não consignação e não compensação das receitas e despesas consagradas na lei, as receitas proveniente do FFM (Fundo de Financiamento dos Municípios) não estão afectadas a nenhuma despesa específica, utilizar-se-á de acordo com as necessidades prementes da Câmara Municipal.

4.8- O Peso do FFM nas Receitas Cobradas durante o período 2006 a 2010

O Fundo de Financiamento dos Municípios (FFM) tem sido uma das receitas mais importantes para o Município de Santa Catarina como demonstra as análises feitas no período em estudo.

No Município de Santa Catarina o Peso do Fundo de Financiamento Municipal (FFM), no total das receitas (receitas correntes e de capitais), dos cinco (5) anos em estudo, apresenta o peso de 64% das receitas efectuadas.

A este nível atesta-se o grau de dependência da Autarquia face às transferências do Estado, estudo demonstra a fraca capacidade do Município em arrecadar as receitas próprias o que leva o Município a sobreviver apenas das transferências da Administração Central. Esta análise certifica mais uma vez que o FFM tem sido uns dos principais receitas deste Município de Santa Catarina nos anos em estudo.

Quadro 7- Quadro comparativo das Receitas Correntes e de Capitais (não incluído o FFM) no período 2006 a 2010

Ano	Receitas totais	FFM recebidos	O Peso do FFM/Receitas
2006	148.958.876,00	177.753.000,00	119,33 %
2007	278.951.001,00	178.527.779,00	64,00 %
2008	379.757.183,00	220.197.669,00	57,98%
2009	356.384.928,00	248.237.929,00	69,65%
2010	572.016.429,00	293.957.447,00	51,39%
Total	1.736.068.417,00	1.118.673.824,00	64,44%

Fonte: Elaboração a partir dos dados colectas da conta de gerências da Câmara Municipal de Santa Catarina no período 2006 a 2010.

O peso do FFM= FFM Recebidos/ Receitas Totais*100

4.9- O Peso das Receitas Efectuadas sobre o orçamento da CMSC no período 2006 a 2010.

O estudo demonstra o peso das Receitas por grandes capítulos sobre o orçamento, conforme consta no quadro nº8 a seguir.

A análise que se segue em relação ao peso das receitas por grande capítulo sobre o orçamento do Município de Santa Catarina, constatamos que no capítulo das transferências correntes em

2006 representa um elevado peso das receitas sobre o orçamento cerca de 56,7% devido á uma boa parte das transferências enviados ao Município Fundo Equilíbrio Financeiro (FEF), no valor de (177.753.080\$00), a Taxa Social Única (T.S.U) e Outras Transferências Correntes representam uma execução altamente positiva para o ano 2006. Em relação às receitas provenientes das Taxa Multas e outras Penalidades com uma percentagem de (0,225%) e Reposição com uma taxa de (0,005%) representam uma execução altamente deficitária.

No capítulo das Transferências de Capitais representam um peso de 18,5% no orçamento na rubrica de sector pública com um valor de (59.931.290\$00).

No capítulo de Saldo Orçamentais em 2008 representa um peso de (27,7%) no orçamento, em 2009 aumentou para (32,9%), e em 2010 houve um decréscimo de (25%).

Quadro nº8- O Peso das Receitas Efectuada sobre o orçamento

Quadro 8- O Peso das Receitas Efectuada sobre o orçamento

Receita	2006	2007	2008	2009	2010
	P.O%	P.O%	P.O%	P.O%	P.O%
Imposto directo	5,00	4,12	2,67	2,71	2,80
Imposto indirecto	9,17	0,08	0,53	0,49	3,75
Taxas Multas e outras Penalidades	0,22	0	0,016	0,01	0,01
Rendimento de Propriedade	0	0,36	0,25	0,19	0,09
Transferências correntes	56,73	44,81	40,59	42,07	34,44
Venda de Ser e bens não douradora	1,25	0	0	0	0
Emolumentos e custos	0	0,082	0	0	0
Taxa e preço públicos		2,54	3,34	2,93	1,92
Contribuição Sociais	0	0	0,44	0	0
Outras Receitas Fiscais	0	0	0,019	0,25	0,23

Bens e serviços não patrimoniais	0	1,55	0	0	0
Outras Transferências		0	0,89	0	0
outras Receitas Correntes	0,47	6,78	0,044	2,18	0,63
Receita de Capital	2,80	0	0	0	0
Transferências de Capital	18,53	10,89	0	0	0
Passivo Financeiros	3,67	0	14,25	0	22,45
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0,01	0,036
Reposição	0,01	0	0	0	0
Contas de Ordem	2,13	3,43	0	0	0
Imobilizações Corpóreas	0	10,39	0	0	0
Operações Financeiras	0	14,91	0	0	0
Outras Receitas de Investimentos	0	0	4,48	2,15	4,62
Saldo Orçamentais			27,73	32,97	25,06
Retenção - Receita de Estado	0	0	0,69	0	0
Reposição não abatidas no pagamento	0	0	0,01	0	0
Venda de Bens de investimento	0	0	3,97804	0	0
Outras Transferências do Exterior	0	0	0	1,04	0
Venda activos Produzidos	0	0	0	1,50	3,92
Activo Financeiro externo	0	0	0	11,47	0
Total	100	100	100	100	100

Da análise dos Resultados

Das Entrevistas feitas ao Secretário Municipal de Câmara Municipal de Santa, constrangimento da cobrança, verifica-se alguns constrangimentos:

O município de Santa Catarina tem deficiência na cobrança de imposto único sobre o património, devido não só à falta de pessoal qualificado, mas, também à deficiente formação do pessoal que trabalha nos serviços de contribuição e impostos.

É assim, necessário enquadrar de forma conveniente os técnicos que são recrutados para trabalharem no município de forma a exercerem suas funções, com zelo, saber fazer, competência.

A tabela das taxas e emolumentos municipais com cerca de vinte anos de existência, muito desactualizada, mais atenção à cobrança relativamente das taxas relativas à extracção de inertes, ocupação de obras no solo do domínio publico municipal, aproveitamento dos bens de utilidade publica situados em solo e subsolo (enacol e Shell) e no espaço aéreo de todo território municipal, designadamente por empresas e entidades das comunicações e energia, instalação das antenas parabólicas e operadores de telecomunicações móveis.

Se repararmos, percorremos o mapa III, comparação entre as receitas orçadas e arrecadadas, alguns impostos e taxas municipais, não são cobrados, representando perdas fiscais relevantes, pelo que é preciso imprimir mais dinamismo na cobrança dessas receitas próprias do município.

Capítulo -4: Conclusão

O presente trabalho é fruto de uma investigação académica junto da universidade de Cabo Verde com o tema Sistema de cobrança e sob título impacto das receitas no orçamento da Câmara Municipal de Santa Catarina.

À luz da pesquisa feita viu-se que as receitas da Câmara Municipal de Santa Catarina no período de 2006 a 2010 teve uma evolução bastante instável, ou de uma forma em geral positiva, houve um crescimento de receitas de 2006, 2007 e 2008, com 62%, 66 86%, em 2010 decaiu para 70%.

No aspecto do desvio entre as receitas cobradas e receitas previstas no período de 2006 a 2010, verificou-se um enorme desvio entre as receitas cobradas e as receitas previstas principalmente nas receitas de capital atingindo um valor percentual de (-33%) do total das receitas previstas, ocorreu desvios negativos em todos os anos, em relação às receitas correntes houve um desvio de (-22%) no total das receitas previstas.

Quanto ao Fundo de Financiamento dos Municípios a pesquisa demonstrou que o Fundo de Financiamento do Município tem maior peso no orçamento do município com 64,44% no total de receitas cobradas localmente. A este nível atesta-se o grau de dependência da Autarquia face às transferências o (FFM) da administração central do Estado

As receitas municipais constituem uma das principais fontes de recursos para o município. Entre os quais o IUP, o Imposto sobre veículos e automóveis e IUR do comércio informal era cobrado nas Repartições das Finanças e só depois foi transferido para as Câmaras Municipais

A transferência das receitas para Câmara Municipal de Santa Catarina ocorreu no dia 08 de Janeiro do ano 2001, em obediência à Lei nº 37/IV/92, de 28 de Janeiro, que aprovou o Código Geral Tributário.

Sendo assim, o aumento da arrecadação de receitas municipais vai depender da boa gestão do município, da eficiência e da capacidade tributária em aumentar o controle sobre as finanças locais, tornando o CMSC menos dependente das transferências do Estado.

Recomendações e Sugestão

Sendo assim para que o Município de Santa Catarina possa ser mais eficiente na arrecadação das suas receitas locais e preciso:

Racionalizar a inscrição das receitas orçamentais utilizando os métodos mais apropriados para avaliação de recursos financeiros, avaliação directa e métodos automáticos visando a contenção de despesas (equilíbrio orçamental)

Impulsionar um trabalho de sensibilização visando arrecadar receitas que de certeza contribuirá para a recuperação da instabilidade das receitas municipais tais como:

A cobrança de taxas no âmbito da nova Lei das Finanças Locais, designadamente as atinentes à extracção de inertes, ocupação de obras no solo e subsolo do domínio público municipal, aproveitamento dos bens de utilidade pública situados no solo e subsolo do domínio público municipal, e no espaço aéreo do território municipal, particularmente por empresas e entidades das comunicações e distribuição de água e energia, instalação de antenas parabólicas e operadores de telecomunicações móveis, poderão contribuir para o incremento das receitas municipais.

As cobranças das mais-valias resultantes das transacções imobiliárias poderão ser muito mais expressivas, se o município reestruturar os seus serviços internos de arrecadação de impostos e reforçar a fiscalização tributária municipal. Neste sentido, é imprescindível a constituição de uma base de dados sobre os contribuintes do município;

A actualização das matrizes dos cadastros prediais e a valorização dos prédios rústicos em zonas de elevado potencial económico, é uma medida de grande interesse que certamente irá ajudar para aumentar as receitas próprias do município. Importa salientar também melhoria dos serviços de fiscalização terá um impacto directo no aumento das receitas próprias municipais, e o combate à sonegação.

É indispensável dotar o gabinete técnico de pessoal qualificado e de meios materiais, no sentido de se proceder à actualização dos cadastros prediais e informatização de todo o processo de alienação de terrenos, em estreita conexão com o sector de fiscalização e os serviços de arrecadação das receitas.

A melhoria dos serviços de fiscalização do município, maior seriedade, mais responsável, teria um impacto directo no aumento das receitas

A cobrança das dívidas, quer ao Estado, quer aos contribuintes, também poderia representar um aumento significativo das receitas do município.

Propomos a criação do serviço de execução fiscal municipal, com função de garantir a célere instrução e organização dos processos de contra ordenação, em conformidade com a lei das finanças locais e demais leis do país.

É indispensável a criação dos guardas municipais, de modos a garantir o rigoroso cumprimento das posturas municipais, dos regulamentos, das deliberações ou decisões dos órgãos municipais e das leis.

A garantia do cumprimento dos regulamentos e posturas municipais em matérias que respeito às atribuições municipais, designadamente nas áreas do urbanismo, saneamento e ambiente, teriam impactos positivos, quer ao nível do aumento na arrecadação das receitas próprias, como na melhoria da prestação dos serviços aos munícipes.

Bibliografia

ALIOMAR (1996) Baleeiro, Introdução a ciência das Finanças Pública 14 Ed.ver Actual RJ Forense

ANGÉLICO João, (1995) contabilidade Pública & Ed. São Paulo: Atlas,

Joaquim Freitas da Rocha, (2009) Direito Financeiro Local (Finanças Locais), Coimbra Editora,

RIBEIRO, José Joaquim Teixeira (1996) Lições de Finanças Pública 3ª Edição Coimbra,

SOUSA, Domingos Pereira,(1992)Finanças Públicas, Instituto Superior de ciências sociais e Politicas, Universidade técnica de Lisboa, Lisboa, 1992.

SOUSA Franco, Finanças Pública e Direito Financeiro Volume I e II, 4ª Edição Almeida Coimbra, 1995

VIEIRA, H. Lubrano de Santa Rita; **(1993) A vila de Assomada**, Associação dos Amigos do Concelho de Santa Catarina

Legislação

B.O. nº 15, I Série, de 22 de Maio de 2000, Decreto-Lei nº 22/2000 – Regula a transferência para as Câmaras Municipais as competências para administração dos impostos municipais

Lei nº 79/IV/2005, de 5 de Setembro – Aprova as Finanças Locais

Lei nº 37/IV/92 de 28 de Janeiro que aprova o código Geral Tributário

Lei nº 134/IV/95, de 03 de Julho I série nº21- Aprova o Estatutos dos Municípios

Decreto-Lei nº 47/80, de 2 de Julho (B.O. nº 26) – estabelece as Regras Aplicáveis ao Orçamento e Contabilidade Municipal

Decreto – Lei nº 53-A/2003 de 26 de Novembro, aprova Classificador de Receita e Despesas

Decreto-Lei nº 29/2001, 19 de Novembro aprova o Regime da Contabilidade Pública

Conta de Gerência do Município de Santa Catarina de 2006 a 2010

Orçamento do Município de Santa Catarina de 2006 a 2010

Guia de Entrevista

- 1- Qual é a importância para Câmara Municipal de Santa Catarina a melhoria de cobrança de receita municipal?
- 2- O FFM tem sido suficiente para suprir todas as necessidades municipais?
- 3- É possível explicar os desvios existentes entre as Receita prevista e as Receita arrecadas?
- 4- Como avaliar o peso da receita no orçamento?
- 5- Os Impostos Municipais têm sido a principal fonte de arrecadação de receita da Câmara de Santa porque?
- 6- Que proposta ou mecanismo a utilizar para que a Câmara Municipal tenha uma cobrança eficiente?

Quadro 1- Evolução das Receitas da CMSC por Grandes Capítulos de 2006 a 2010

Receitas	2006		2007		2008		2009	
	Previsão	Cobrada	Previsão	Cobrada	Previsão	Cobrada	Previsão	Cobrada
Impostos Directos	28.200.000,00	16.352.201,00	34.000.000,00	18.883.468,00	25.000.000,00	16.066.061,00	30.000.000	16.408.153
Impostos Indirectos	26.902.000,00	28.972.541,00	530.000,00	400.150,00	3.723.474,00	3.210.975,00	3.723.474	2.990.473
outras Receitas Fiscais	-	-			625.000,00	116.882,00	3.150.000	1.529.727
contribuição Sociais	-	-			4.500.000,00	2.674.359,00	8.000.000	0
Taxas Multas E Outras Penalid	1.326.000,00	735.458,00	18.292.000,00	11.630.265,00	1.187.000,00	100.340,00	537.000	35.600
Taxas e preços públicos	-	-	500.000,00	375.852,00	25.690.500,00	20.073.869,00	54.045.088	17.763.349
Rendimentos de Propriedades	120.000,00	-	6.560.000,00	1.671.079,00	6.620.000,00	1.558.105,00	6.620.000	1.179.900
Transferências Correntes	188.953.080,00	185.352.789,00	210.963.000,00	204.999.485,00	233.092.566,00	243.563.956,00	280.305.651	254.404.651
Outras receitas Correntes	26.285.705,00	1.554.396,00	25.920.826,00	31.052.007,00	57.924.000,00	265.716,00	76.000.000	13.155.872
Outras Transferencias								
Venda de bens duradouros	500.000,00	-	500.000,00	-				
venda de s.bens não duradouros	9.650.000,00	4.088.338,00	12.756.000,00	7.106.246,00			-	-
Total das Receitas Correntes	281.936.785,00	219.059.723,00	310.021.826,00	276.119.352,00	338.342.540,00	297.629.263,00	461.391.213,00	307.477.735,00
Outras Transferencias					600.000,00	5.398.715,00	73.100.000,00	6.307.635,00
Saldo orçamentais					25.100.000,00	166.406.420,00	25.100.000,00	199.325.414,00
Retenção- Receita Estado					7.398.014,00	4.165.392,00		
Venda de Bens de Investimento	30.700.000,00	9.130.957,00	40.700.000,00	47.551.951,00	22.383.138,00	25.866.416,00	-	-
Activo Financeiro externo							159.000.000	69.334.768
Transferencias de Capital	60.000.000,00	60.542.390,00	96.600.000,00	49.850.702,00			-	-
Venda de activo produzidos							27.694.787,00	9.053.660,00
Reposição não abatidas no Pag					30.000,00	34.883,00		
Passivos Financeiros	123.000.000,00	12000000			209.346.308,00	85.531.573,00		
Outras Receitas de Capitais							25.600.000,00	69.230,00
Outra Receita de Investimento	10.000,00	-	-	-	77.000.000,00	26.929.187,00	76.000.000	13.054.415
operação Financeiro			178.500.000,00	68.253.692,00				
Reposição	10.000,00	16.988,00						
contas de ordem	53.174.000,00	6.969.809,00	68.449.000,00	15.693.873,00				
Total das Receitas de Capital	296.894.090,00	89.692.153,00	384.349.000,00	181.380.228,00	341.637.460,00	312.334.595,00	395.494.787,00	297.345.122,00
Total das Receitas	548.830.785,00	326.715.876,00	694.370.826,00	457.479.780,00	700.000.000,00	599.954.848,00	848.875.000,00	604.822.857,00

2010	
Previsão	Cobrada
50.000.000,00	24.258.288,00
18.563.474,00	32.490.712,00
6.500.000,00	2.051.855,00
-	-
3.000.000,00	166.200,00
104.290.000,00	16.693.870,00
3.200.000,00	816.600,00
294.711.364,00	298.296.969,00
42.855.162,00	5.456.758,00
-	-
523.120.000,00	389.231.253,00
-	
41.460.375,00	217.040.431,00
-	-
75.577.756,00	33.960.777,00
252.500.000,00	194.431.922,00
2.000.000,00	309.493,00
210.200.000,00	40.000.000,00
581.738.131,00	485.742.623,00
1.104.858.131,00	985.973.878,00